



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I - CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE PSICOLOGIA**

JULIANA BEZERRA DE SOUZA

**MULHER E RELAÇÕES FAMILIARES: INTERLOCUÇÕES ENTRE A
PSICANÁLISE E O MOVIMENTO FEMINISTA**

**CAMPINA GRANDE
2022**

JULIANA BEZERRA DE SOUZA

**MULHER E RELAÇÕES FAMILIARES: INTERLOCUÇÕES ENTRE A
PSICANÁLISE E O MOVIMENTO FEMINISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento do Curso De Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia

Orientadora: Prof.^a Ms. Pamela de Sousa Gonzaga

**CAMPINA GRANDE
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S729m Souza, Juliana Bezerra de.
Mulher e relações familiares [manuscrito] : interlocuções entre a psicanálise e o movimento feminista / Juliana Bezerra de Souza. - 2022.
22 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2022.

"Orientação : Profa. Ma. Pamela de Sousa Gonzaga, Coordenação do Curso de Psicologia - CCBS."

1. Feminismo. 2. Psicanálise. 3. Relações Familiares. I.

Título

21. ed. CDD 305.42

JULIANA BEZERRA DE SOUZA

MULHER E RELAÇÕES FAMILIARES: INTERLOCUÇÕES ENTRE A PSICANÁLISE E
O MOVIMENTO FEMINISTA

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento do Curso de
Psicologia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Psicologia.

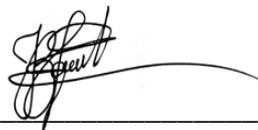
Área de concentração: Psicologia

Aprovada em: 04/08/2022.

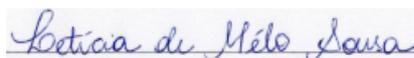
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Ms. Pamela de Sousa Gonzaga (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.^a Dra. Jailma Belarmino Souto
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.^a Dra. Letícia de Mélo Sousa
Centro Universitário Facisa (UNIFACISA)

A minha família e aos meus amigos, por todo apoio, amor e amizade, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por não ter me permitido desistir de lutar por esse sonho. Que diante dessa trajetória, me deu forças e perseverança para conseguir concretizá-lo. Sem o seu infinito amor e cuidado, jamais teria conseguido.

À minha tia Adiles (*in memoriam*) com muito amor, gratidão e saudade. Sua presença estará para sempre eternizada nas minhas melhores lembranças e em meu coração.

À minha família, em especial ao meu pai Cosme Francisco por todo seu amor, suporte e incentivo. E a minha irmã Jozelma, que por meio do seu exemplo, de esforço e dedicação, me fez também querer buscar uma profissão através dos estudos.

Ao meu amor Cleison Alves, que acima de tudo é um grande amigo e companheiro, que esteve sempre presente ao meu lado em todos os momentos. Agradeço por todo amor, carinho, apoio e compreensão.

Às minhas amigas Elayne Cristina e Lidiane Genuíno, por tanto apoio, amizade, acolhimento e afeto. Que ao longo desses cinco anos, sempre estivemos juntas nos momentos mais incríveis e nos mais desafiadores, durante essa caminhada. Vocês são os presentes que a UEPB me deu e sei que continuaremos seguindo juntas na caminhada da vida.

Aos meus amigos de infância Aleff, Carla, Jaciene e Rute por todo amor, zelo e companheirismo durante todos esses anos. Agradeço por demonstrarem os verdadeiros valores da amizade e por construir juntos comigo memórias afetivas tão valiosas.

À minha amiga Mylena, que sempre me inspirou e me incentivou a lutar por meus objetivos. Sou grata pela preciosa amizade, pelo amor e pelo apoio.

À professora Mestre Pamela de Sousa Gonzaga, pela sua orientação valiosa, que gentilmente se propôs a me orientar. Agradeço carinhosamente pela confiança, pela paciência e por ter me ajudado sempre que precisei.

À professora Doutora Jailma Belarmino Souto, por gentilmente ter aceitado o convite para participar da banca, a quem tenho grande admiração pela profissional que é. E que tanto me inspirou a desejar seguir na Psicanálise.

À professora Doutora Letícia Mélo de Sousa, por ter aceitado o convite para participar da banca, e por contribuir tão ricamente aos estudos de gênero.

Aos professores do Departamento de Psicologia da UEPB, em especial aqueles que contribuíram diretamente na minha formação. Agradeço imensamente por todos os ensinamentos.

A todas as mulheres que exercem a maternidade com tanto amor, força e afeto. Especialmente as que fazem parte da minha vida, que através de seus filhos me sinto agraciada por sentir e retribuir um amor multiplicado.

“O que será que uma mãe
faz,
além de ser mãe?
Ser mãe dói demais.
Todas as mães
precisam do direito
fundamental
de serem mulheres também.”
Ana Suy (A corda que sai do útero)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
2	CONFIGURAÇÕES FAMILIARES	09
3	METODOLOGIA	12
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	13
4.1	Os Movimentos Feministas e a Imposição da Maternidade	13
4.2	Perspectivas dos Discursos da Psicanálise e dos Movimentos Feministas, atrelados a Maternidade	17
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
	REFERÊNCIAS	20

MULHER E RELAÇÕES FAMILIARES: INTERLOCUÇÕES ENTRE A PSICANÁLISE E O MOVIMENTO FEMINISTA

WOMEN AND FAMILY RELATIONS: INTERLOCUTIONS BETWEEN PSYCHOANALYSIS AND THE FEMINIST MOVEMENT

Juliana Bezerra de Souza^{1*}

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo refletir e problematizar o lugar que a mulher ocupa em relação à maternidade. A reflexão foi norteadada por meio de interlocuções entre as ideias do movimento feminista e o pensamento psicanalítico, através de importantes figuras de ambos os discursos. Nesse sentido, as discussões trazem à tona discursos ambivalentes do movimento perante as ideias freudianas. Ora marcados por uma relação de desencontros, polêmicas e oposições; ora pelo reconhecimento do movimento pela psicanálise. De tal modo que tiveram nos movimentos feministas a presença de psicanalistas, as quais promoveram riquíssimas contribuições teóricas para o movimento, esse momento ficou conhecido como feminismo psicanalítico. Desse modo, o estudo aborda algumas considerações acerca do surgimento das primeiras concepções sobre as relações familiares até os dias atuais. Para a elaboração do artigo, realizou-se uma pesquisa narrativa de literatura, descritiva e com uma abordagem qualitativa. O levantamento bibliográfico foi feito através de informações presentes em livros, revistas eletrônicas, artigos científicos e dissertações. Os materiais online utilizados foram encontrados nas plataformas do Google Acadêmico, do SCIELO Brasil (Scientific Electronic Library Online) e da PEPSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia). Os resultados mostram o quanto às dinâmicas e as relações familiares foram drasticamente se modificando ao longo do tempo, conforme a sociedade foi se transformando. No entanto, no decorrer das discussões, percebe-se que apesar das lutas instigadas pelo movimento feminista, o processo de reivindicações relacionadas às mudanças de papéis que oprimem a mulher vem acontecendo vagarosamente. De tal forma que, a sociedade do século XXI, trata-se de uma sociedade que ainda insiste em dirigir as responsabilidades dos cuidados das novas gerações às já sobrecarregadas mulheres, de forma catastrófica. Conclui-se, portanto, a importância de refletir sobre uma atuação igualitária entre os papéis parentais na criação dos filhos, fazendo-se pertinente a atualização de estudos e de debates acerca da temática. Posto que, por detrás do discurso romantizado da mulher guerreira, mascara-se a sobrecarga feminina.

Palavras-chave: Mulher. Feminismo. Psicanálise. Relações Familiares.

ABSTRACT

This article aims to reflect and discuss about the place that woman occupies in relation to motherhood. The reflection was guided through the dialogue between the ideas of the feminist movement and psychoanalytic thinking through important figures from both discourses. In this

¹ * Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba. Julianabds2018@gmail.com

sense, the discussions bring to light ambivalent speeches of the movement in the face of Freudian ideas. These discourses are sometimes marked by a relationship of disagreements, polemics and oppositions; sometimes they are marked by the recognition of the movement by psychoanalysis. In such a way that they had in the feminist movements the presence of psychoanalyst feminists, who promoted very rich theoretical contributions to the movement, this moment became known as psychoanalytic feminism. In this way, the study addresses some considerations about the emergence of the first family relationships, up to the relationships of the present day. For the elaboration of this article, a narrative research of literature was carried out, descriptive and with a qualitative approach. The bibliographic survey was done through information present in books, electronic journals, scientific articles and dissertations. The online materials used were found on Google Scholar, SCIELO Brazil (Scientific Electronic Library Online) and PEPISIC (Electronic Journals in Psychology) platforms. The results show how the dynamics and family relationships have been drastically modified over time, as society has been transformed. However, in the course of the discussions, it is noticed that despite the struggles instigated by the feminist movement, the process or claims related to changes in roles that oppress women, is a process that has been happening slowly. In such a way that, the society of the 21st century, it is a society that still insists on directing the responsibilities of the care of the new generations to the already overloaded women, in a catastrophic way. It is concluded, therefore, to reflect on the importance of an egalitarian role between parental roles in raising children, making it relevant to studies update and debates on the subject. Since, behind the romanticized discourse of the Brave woman the feminine overload is masked.

Keywords: Woman. Feminism. Psychoanalysis. Family Relationships.

1 INTRODUÇÃO

As dinâmicas e as relações familiares mudaram drasticamente ao longo do tempo, pois ao passo que a sociedade foi se transformando, a instituição familiar também acompanha esse processo, saindo de um modelo patriarcal e ganhando novas configurações. Fonseca (2005), ao reconhecer a complexidade que a vida familiar engloba, a define através das suas relações, sendo, portanto, o laço familiar como uma relação marcada pela identificação estreita e duradoura entre determinadas pessoas que reconhecem entre elas certos direitos e obrigações mútuas.

O sentimento de família originou-se por volta do século XV, mas foi somente no século XVIII, com a chegada da Idade Contemporânea que as dinâmicas familiares foram se estabelecendo, conforme as transformações políticas e ideológicas iam surgindo na sociedade (ZANARDO, VALENTE. 2009; CASEY, 1992). Contudo, como a família foi se estruturando dentro dos moldes do patriarcado, esse modelo pôs à mulher num lugar de submissão dentro e fora de casa. Apesar da entrada gradativa da mulher no mercado de trabalho após a Segunda Guerra Mundial em 1945, ela permaneceu sob a dominação dos homens na escala da hierarquia social (BORSA e FEIL, 2008).

Borsa e Feil (2008) destacam que apesar das diversas concepções, o estereótipo da família nuclear tem sido privilegiado e tem ocupado um lugar ilustre na ideia construída, historicamente, sobre o grupo familiar. Assim, a mulher ocupa um lugar essencial nesse modelo, através do papel da maternidade, de tal modo que a sociedade enxerga este como sendo parte principal de sua identidade. A esse respeito, Vieira (2005, p. 227) afirma que “não se nasce uma mulher, e sim ela é feita, sendo uma espécie de mundo em construção e mudança. Refletindo sua identidade às cores da sociedade contemporânea.”

Nesse sentido, para se falar do lugar social que a mulher ocupa atualmente, é imprescindível debater sobre as lutas feministas que sempre levantaram questionamentos importantes para a desconstrução e construção destes lugares. Posto que, foi a partir deste movimento, que criticou veementemente a imposição da maternidade à mulher, que este debate começou a ganhar maior visibilidade na sociedade. Assim, a disseminação e o crescimento do movimento feminista tiveram forte impacto nas mudanças nas relações sociais e familiares.

Perante o exposto, este artigo pretende destacar a importância da compreensão da construção social do lugar da mulher em relação à família, atravessada pela maternidade. E a partir disso, discutir a necessidade de fortalecer a maternidade como uma escolha livre e autônoma, e não como algo imposto para atender a uma cobrança social que insiste em perdurar até os dias atuais. E uma vez que a mulher se torna mãe, é necessário que se reflita acerca das pressões sociais que recaem sobre ela.

Para tanto, os desdobramentos da pesquisa se deram na interlocução entre os preceitos da teoria psicanalítica e o movimento feminista, levando em consideração as inúmeras contribuições que este campo de conhecimento oferece ao estudo proposto.

Por reconhecer a complexidade e a diversidade que este tema abrange, o presente trabalho não se propõe a exaurir a discussão, mas provocar questionamentos sobre esta construção social que muitas vezes se apresenta como naturalizada. Para isto, se propõe a realizar uma revisão bibliográfica narrativa, baseada nas discussões que atravessam a psicologia e, em especial a psicanálise, visando refletir acerca deste lugar que a mulher tem ocupado.

As discussões se deram através do percurso histórico do movimento feminista em diálogo com a psicanálise. Neste percurso, este trabalho problematiza também as discussões acerca da parentalidade sob a perspectiva da psicanálise, uma vez que este é um termo que tem sua origem na literatura psicanalítica francesa. Então, diante da necessidade de apreender os fenômenos que rodeiam os aspectos das relações e das configurações familiares, a psicanálise fez-se primordial neste momento, em virtude de quebrar paradigmas da noção que se tem de papéis e funções parentais.

2 CONFIGURAÇÕES FAMILIARES: UMA DISCUSSÃO SOBRE A PARENTALIDADE

A parentalidade caracteriza-se como um neologismo que vem tornando-se mais consistente nos últimos anos. O termo é impregnado de tal familiaridade por profissionais que atuam na área da infância e da família (TEPERMAN, 2020). É um termo relativamente recente, que passou a ser utilizado na literatura psicanalítica francesa a partir dos anos 60, com o intuito de marcar a dimensão de processo e de construção no exercício da relação dos pais com os filhos. Além da psicologia e da psicanálise, o interesse de estudo pela temática acerca do parentesco se debruça também sobre diferentes áreas de saberes, como a filosofia, a antropologia e a sociologia (ABU-JAMRA ZORNIG, 2010).

Todavia, Iaconelli (2020) aponta para dois equívocos que se destacam no tratamento do uso do termo. O primeiro, é que a parentalidade está associada à instrumentalização da paternidade/maternidade, sob a forma de um discurso técnico, no qual o saber é adquirido sem restos ou arestas, replicável, garantido e dessubjetivado, como foi descrito por Lacan. A autora, ainda acrescenta que para completar o "saber-fazer" da parentalidade seria adquirido a baixos preços, reforçado pela lógica capitalista. O segundo equívoco, diz respeito ao pressuposto de que a parentalidade se resume à relação entre a mulher/mãe e seu bebê, superestimada desde o século XVIII. Esses equívocos demonstram, portanto, a ausência de um olhar problematizador quanto à utilização do termo, no qual acaba por desconsiderar as mais diversas formas que se dão às configurações familiares da atualidade. Dessa maneira, identifica-se que tal conduta é

resultado dos paradigmas postulados pelo patriarcado, em que disseminou a ideia de que a família é constituída pela relação de pai, mãe e filhos.

Os estudos sobre a relação entre mãe-bebê (sobretudo de forma biológica) foram fundamentais para compreender a constituição do sujeito. Esses estudos serviram de paradigmas para a parentalidade na época de seu surgimento. Porém, com a chegada do século XXI, as transformações das configurações familiares, não foram bem aceitas, sofrendo repreensão social, tendo em vista que

As configurações como mães/pais, adotantes e seus bebês adotados; cuidadores sem parentesco com o bebê; famílias com configurações de gênero ou orientação sexual fora do padrão cisgênero/heterossexual; reprodução com medicamento assistida, enfim temas recorrentes da clínica atual eram vistos como desvio de norma. (IACONELLI, 2020, p. 12).

Diante desse cenário, junto às novas configurações, surgiram novas demandas, assim recorreu-se a intervenção de profissionais, a fim de diagnosticar e tratar os indivíduos que constituíam essas configurações, levando em consideração que o pai, a mãe e o seu bebê biológico seriam o modelo ideal a ser seguido, conforme os parâmetros da família burguesa. Iaconelli (2020), afirma que o modelo estrutural edípico “pai-mãe-bebê”, fez com que a família burguesa fosse firmada enquanto estrutura que garantia a saúde mental da prole. Desta feita, a psicanálise foi então, usada como munição para um modelo claramente ideológico de parentalidade e, isso se deu devido ao fato da presença de uma combinação complexa de condições oferecidas: pelo capitalismo, pela necessidade de reproduzir normas hegemônicas, como também pela ferida narcísica que o romance familiar busca tamponar do mito parental (IACONELLI, 2020).

Acerca desse assunto, da convocação de profissionais para tratar das demandas parentais, Winnicott se posiciona fortemente contra “ensinar a parentalidade” e a valorização da palavra dos especialistas em detrimento da inclinação sensível e intuitiva, resultante do processo identificatório dos pais com seus bebês. Para ele, a função essencial dos especialistas será, sempre, a de sustentar os pais em suas funções – se, quando e quanto isso se fizer necessário (PITLIUK, 2020).

Teperman (2020), assinala que a parentalidade é uma nova nomeação, a qual está intimamente relacionada com o território da família, mas que também é uma marca dos laços sociais predominantes da época atual, ou melhor dizendo do “mal-estar da atualidade e da forma pela qual ela se traduz no âmbito da família; e é correlata a crescente intervenção de especialistas na família e na criação das crianças” (p. 89). Dessa maneira, a autora enfatiza que o mal-estar da atualidade causa incompetência e insuficiência, sendo assim, acaba por se condensar e particularizar na família, o que por sua vez, necessita que seja suprimido. Culminando numa demanda que necessita de uma intervenção corretiva dos profissionais. Relativamente a isso, Iaconelli (2020), vai dizer que a família busca obsessivamente por garantias e que isso é uma das grandes questões da atualidade. E que, é através de especialistas que a família moderna se mobiliza a encontrar as pretensas respostas que foram imputadas aos mitos religiosos nos tempos passados.

Destarte, Teperman (2020) salienta como a psicanálise reforça que a civilização é mal-estar e que embora a relação do sujeito com a cultura seja desarmoniosa, os sujeitos têm a ilusória sensação de harmonia. Todavia, isso não significa dizer que se espere que os indivíduos deixem de demandar a cura para seu mal-estar e seu desamparo. A esse respeito, Freud em 1927 alegou que a ilusão de harmonia e até mesmo a demanda oriunda dela, funcionam como uma defesa da qual o indivíduo não se deve renunciar, posto que as ilusões são necessárias para tornar a vida tolerável (TEPERMAN, 2020). Destacando, desse modo, a presença de um mecanismo de defesa, para que o sujeito suporte a realidade.

Isto posto, observa-se, fragilidades e inseguranças no exercício dos papéis parentais, uma vez que existe no imaginário dos pais um ideal de família inalcançável, ou seja, um modelo de organização familiar sem conflitos e sem angústias. Com isso, busca-se encontrar nos profissionais uma espécie de manuais e de respostas de como manejar o cuidado com os filhos, para que nada fuja do que é ilusoriamente esperado, na tentativa de não ter que lidar com frustrações, tão comuns ao sujeito.

Na sociedade atual os contextos estão diversificados e os termos “mãe” e “pai” perderam a referência de modelo ideal de família, do qual foi ditado por séculos ser o modelo estável (PITLIUK, 2020, p.38). Dessa forma, na dinâmica atual, os homens ocupam posições que antes eram reservadas exclusivamente às mães, assim como as mulheres ocupam lugares que eram entendidos como sendo do pai. Para exemplificar a perspectiva como que a dinâmica familiar vem se organizando, Pitliuk (2020), cita o exemplo do fato das crianças começarem a frequentar a escola muito mais cedo e, com isso, muitas das chamadas funções maternas e paternas passam a ser terceirizadas a equipes de pessoas que vão se alternando, para dar conta da responsabilidade e do cuidado que é demandado pela criança. Para além disso, a autora também aponta para os novos arranjos familiares, em que os filhos são criados por casais homossexuais, por família monoparental – seja por reprodução natural, assistida ou ainda por adoção, na qual é uma realidade do contexto atual.

Vale salientar que os termos “pai” e “mãe” são problematizados pela psicanálise, uma vez que seu uso aponta para a interpretação biológica, para o direito, para o gênero, para os papéis, para a educação, para as funções. Desse modo, a psicanálise defende que uma interpretação limitada, na qual não abrange a singularidade de cada sujeito e o entorno em que se encontra inserido, acaba por colocá-lo num lugar que não responde ao período histórico atual. Impondo-se, assim, a reprodução de um modelo burguês, cis, patriarcal e heterossexual (IACONELLI, 2020).

A respeito disso, Pitliuk (2020, p.43), ressalta que “a organização sociocultural do século XX, correspondia tão plenamente às imagens que se fazia dela, e também quais os custos de se viver naqueles arranjos”. Desta feita, a autora assinala que o século XXI trouxe consigo mutações de todas as ordens: científicas tecnológicas, ideológicas; acarretando mudanças no ritmo de vida, no regime de trabalho, na conjugalidade, como também no modo de encarar gênero, sexualidade, relacionamentos amorosos e etc.

Uma concepção que tem gerado diversos equívocos na direção de uma suposta idealização dos cuidados parentais, diz respeito à concepção de uma parentalidade suficientemente boa. Claramente, torna-se compreensível que haja esse mal-entendido, levando em consideração que o adjetivo “bom”, está ligeiramente atraído “a imagem de algo bondoso, benéfico, adequado, até mesmo exemplar ou sublime” (PITLIUK, 2020, p. 44). No entanto, Winnicott ao utilizar-se do termo “suficientemente bom” não está se referindo a pais sublimes ou perfeitos, posto que não há parâmetros externos à experiência da dupla mãe-bebê para qualquer tipo de “desempenho parental”. Segundo o autor, o “suficientemente bom” contém a ideia de um atendimento suficiente para que o potencial daquele ser em constituição possa se desenvolver (PITLIUK, 2020).

Assim sendo, contrariando qualquer suposição de um olhar idealizante, sobretudo na relação “mãe-bebê”, Winnicott é contundente: “A mãe [...] odeia seu bebê desde o início” (Winnicott, 1978, p. 286). Isto é, o autor se refere sempre a pais e mães reais, que vivem toda a gama de sentimentos humanos, no qual seguem sendo pais suficientemente bons (PITLIUK, 2020). No que concerne aos sentimentos da mãe, um dos mais notórios diz respeito ao ódio materno. Nesse sentido, Winnicott afirma que existem muitas razões para o ódio materno, como pode ser observado a seguir

O bebê representa um perigo para o seu corpo durante a gravidez e durante o parto; [...] o bebê é uma interferência na sua vida privada; [...] o bebê machuca seu mamilo mesmo

quando mama; [...] ele é grosseiro, trata-a como uma pessoa qualquer; uma empregada não remunerada, uma escrava ela tem que amá-lo, de qualquer forma, com excreções e tudo no início; [...] seu amor excitado é interesseiro e ele a joga fora como uma casca de laranja, quando consegue o que quer; [...] a coisa mais notável acerca de uma mãe é sua habilidade de se deixar ferir tanto pelo o bebê, e de odiar tanto, sem se vingar na criança, e sua habilidade em esperar por recompensas que podem ou não vir mais tarde (WINNICOTT, 1978, p. 286).

Dessa maneira, Pitliuk (2020) propõe o desafio de refletir sobre as situações em que uma mãe pode tolerar seu próprio ódio, de modo sem negá-lo ou reprimi-lo, para que se possa oferecer caminhos que não agridam seu bebê e não a impeçam de se dedicar a ele. Ou seja, é importante pensar na saúde mental da mulher-mãe, durante esse período da chegada do bebê. Desse modo, é imprescindível desconstruir a romantização que há por detrás da maternidade, para que assim compreenda-se sobre a importância do suporte familiar e social, do qual a mulher tanto necessita.

Iaconelli (2020), chama a atenção para o funcionamento da dinâmica familiar, na qual convida a pensar sobre os laços que uma geração estabelece para ser capaz de reproduzir corpos e, principalmente, sujeitos. Dessa forma, a autora aponta que pensar nesses laços, implicam ir muito além do que se passa na relação entre mãe e filho – mas claro, sem diminuir a importância dos laços que envolvem essa relação. A questão, trata-se, portanto, de refletir sobre o alcance e os limites dessas relações, dando-lhe o devido valor, para que não se impute à mãe responsabilidades e culpas históricas, que não lhe cabem.

Desta feita, a autora aponta que os cuidados com os filhos alcançaram a situação insustentável atual, na qual são tidos como de inteira e solitária responsabilidade das mães. De tal forma que em nenhum período histórico anterior – exceto em situações de guerras e calamidades, a maternidade foi imaginada como tarefa individual, ainda que fosse prioritariamente feminina. Assim, a sociedade do século XXI, trata-se de uma sociedade que insiste em dirigir as responsabilidades dos cuidados das novas gerações às já sobrecarregadas mulheres, de forma catastrófica. Dessa forma, é urgente e importante o debate sobre o lugar em que a mulher da atualidade é posta, “em tempos em que as responsabilidades sociais sobre o parentesco recaem erroneamente sobre as mães e mulheres” (IACONELLI, 2020, p. 15).

3 METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de uma revisão narrativa de literatura com natureza descritiva e abordagem qualitativa. Desta feita, utilizou-se este método devido a sua relevância, uma vez que proporciona um enriquecimento para quaisquer discussões, considerando a suma importância de sua contribuição científica. De acordo com Figueiredo (1990), a revisão de literatura, possui dois papéis interligados que se constituem como parte integral do desenvolvimento da ciência – função histórica e função de atualização, fornecendo aos profissionais de qualquer área, informação sobre o desenvolvimento corrente da ciência e sua literatura.

Para a elaboração do estudo, fez-se um levantamento bibliográfico através de informações presentes em livros, revistas eletrônicas, artigos científicos e dissertações. Os materiais online utilizados, foram encontrados nas plataformas do Google Acadêmico, do SCIELO Brasil (Scientific Electronic Library Online) e da PEPSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia). Destarte, o levantamento da bibliografia utilizada na discussão deste trabalho foi realizado no período que compreendem os meses de dezembro de 2021 até julho de 2022.

Os procedimentos da análise apontada se deram a partir da busca de produções científicas, através das seguintes palavras-chave: Mulher; Psicanálise; Feminismo; Família; Parentalidade. Com a finalidade de encontrar materiais que oferecessem uma rica discussão para a elaboração do estudo. Desse modo, realizou-se um levantamento de informações

específicas acerca de publicações e temas de interesse. As informações foram organizadas conforme os pontos de discussões iam surgindo, dos quais referenciavam adequadamente as ideias dos autores que fundamentaram este estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para refletir acerca do lugar que a mulher exerce na contemporaneidade, sobretudo, no que diz respeito ao papel da maternidade, se fez necessário reportar há contextos de outras épocas. Para isso, buscou-se resgatar a maneira de como as relações e as dinâmicas da família patriarcal se constituíram e se organizaram, em sua origem. Desta forma, foi atravessando as formas que esse modelo familiar foi sendo construído, bem como as suas premissas foram sendo ditadas e impostas socialmente, que o presente estudo se desenvolveu.

Isto posto, à medida que as discussões foram avançando, averiguou-se que a partir das mobilizações advindas do movimento feminista, ao serem radicalmente contrário às imposições das normas do patriarcado, desencadeou em importantes discussões e significativas mudanças em relação aos papéis que foram impostos a mulher pelo patriarcado, sobretudo no que tange ao papel da maternidade. Concomitante a isso, percebeu-se que as considerações trazidas por meio da psicanálise, vieram a somar a essas discussões.

É válido ressaltar que atualmente vivencia-se a quarta onda do movimento feminista. No entanto, o presente artigo se debruçou analisar as ideias do movimento até o momento da terceira onda.

4.1 Os Movimentos Feministas e a Imposição da Maternidade

A família é uma instituição que, desde os tempos mais antigos e na maioria da sociedade que conhecemos, é a provedora inicial de satisfações das necessidades básicas e que exerce forte influência na constituição dos indivíduos. No entanto suas formas e características foram se modificando ao longo do tempo, e com isso ganhando diversas maneiras de definições, na medida em que os tipos históricos de família iam sendo construídos socialmente frente às transformações do mundo ocidental (ZANARDO e VALENTE, 2009).

Centa e Elsen (1999, p. 15), complementam que “a família é uma forma de relação homem mundo, perpassa a temporalidade, ditando suas leis, normas, funções, interferindo na vida dos povos, escrevendo sua história”. Nesse sentido, constata-se que ao longo da história foram existindo diferentes modelos de família e que, posteriormente, foram sendo substituídos conforme as mudanças sociais de cada época. De acordo com Philippe Ariès (1975/2006), no período medieval a família já existia como realidade vivida, embora ela ainda não existisse como sentimento ou como valor. Segundo o autor, esse sentimento de família nasce e se desenvolve a partir do século XV através da consolidação do sentimento de infância e, no século XVIII, ele se estende a todas as camadas da população (ZANARDO e VALENTE, 2009).

Os intelectuais L. H. Morgan (1818-1881) e F. Engels (1820-1895), ao retratarem sobre o desenvolvimento econômico da sociedade capitalista, deram grandes contribuições acerca dos estudos voltados à origem do patriarcado. O primeiro ao demonstrar como a descendência patrilinear se definiu mais precisamente, e de forma exclusiva, à medida que a civilização se desenvolveu; o segundo, por explorar a mudança da organização tribal para a doméstica:

Os dois salientaram a importância do desenvolvimento econômico e da acumulação capital. À proporção que a agricultura estável se difundia, e a manufatura promovia o comércio, os lares começaram a adquirir patrimônio que os homens queriam transmitir aos filhos. Isto levou a esforços no sentido de monopolizar o serviço sexual das esposas, para estabelecer linhas claras da paternidade (CASEY, 1992, p. 18-19).

No século XVIII com o fim da Idade Moderna e início da Idade Contemporânea, acontece uma série de transformações políticas e ideológicas, às quais interferem diretamente na dinâmica familiar. Centa e Elsen (1999) apontam que o público se tornou coisa do Estado e o privado foi valorizado, ressaltando o sentido familiar e, com isso diferenciaram-se os papéis sexuais, estabelecendo-se a oposição entre homem (público) e mulher (mundo privado). De acordo com as autoras, com o advento da reforma social, no século XIX, o Estado passou a invadir a vida familiar “legislando sobre o casamento, regulamentando o processo de adoção, determinando os direitos dos filhos naturais, instituindo o divórcio e limitando o poder paterno” (p. 16). Nesse sentido, com a garantia dos direitos individuais, o Estado passou a encorajar a união familiar e influenciar o homem no desejo de ser pai, entretanto:

A mulher continuava imersa na redoma da vida privada. Era identificada pela sua sexualidade e pelo seu corpo: seu útero era quem definia seu lugar na sociedade; tornando-se símbolo da fragilidade, devia ser protegida, pois era o centro do lar e da família. Distanciava-se das atividades públicas (negócios), transformava-se em mãe e dona de casa e com isso dependente do homem, inserido no público e responsável pelo sustento do lar. A família era construída voluntariamente, tendo como chefe o pai. (CENTA e ELSÉN, 1999, p. 16).

Contudo, no final do século XIX, com a emancipação das mulheres, a instituição patriarcal começou a se desestruturar, economicamente falando, posto que as famílias que eram até então mantidas eminentemente pelos homens, contavam agora também com a contribuição das mulheres. Dessa forma, as relações de submissão e poder começaram a se modificar, uma vez que, mediante a nova configuração econômica, a mulher passou a se posicionar dentro e fora de casa (VINHAS e CREPALDI, 2009). Essa nova configuração econômica se deu a partir do término da Segunda Guerra Mundial, e com isso houve a entrada progressiva da mulher no mercado de trabalho (ARÁN, 2003).

Porém, apesar de sua inserção no contexto do trabalho, nas décadas de 1960 e 1970, "o trabalho feminino, era considerado pelos homens e pelas mulheres uma questão econômica, caracterizado como um ‘segundo salário’, uma forma da mulher ‘ajudar’ nas despesas do lar.” (ARÁN, 2003, p. 403). Tal pensamento reflete a forte presença da dominação do modelo da sociedade patriarcal, visto que o salário dos homens seria o principal e que dele dependia a maioria das despesas da família. Figueiredo e Diniz (2013) apontam que o processo de socialização, ao dividir a vida pública destinada ao homem e a vida privada destinada a mulher, contribuiu para exacerbar hierarquias e fomentar processos de dominação/subordinação. As autoras ressaltam que esse processo culminou em uma lógica dualista, em que produziu uma formação sexista tanto da vida privada, quanto da vida pública, além de um processo de socialização diferenciado para os dois sexos. Decorrendo a partir deste fenômeno:

A importância de problematizar a dimensão de gênero, uma vez que as construções sociais acerca das atividades que cabem a um e outro sexo foram produzidas socialmente e demarcam lugares de experiência distintos para homens e mulheres, tanto da esfera pública quanto na vida privada, ou seja, no casamento, na família, no mundo do trabalho (FIGUEIREDO e DINIZ, 2018, p. 02).

Apesar das diversas concepções, o estereótipo da família nuclear tem sido privilegiado e tem ocupado um lugar pregnante na ideia que construímos, historicamente, sobre o grupo familiar (BORSA e FEIL, 2008). Dessa maneira, a mulher ocupa um lugar essencial nesse modelo, através do papel da maternidade, haja vista que a coloca como protagonista dentro da família, pois quando se torna mãe, automaticamente é delegado a ela o papel social de cuidar

do filho de modo exclusivo, uma vez que a sociedade enxerga a maternidade como sendo sua principal identidade.

Essa visão é fruto de uma construção histórica, na qual estabeleceu que o papel da maternidade seria o ideal máximo da mulher, caminho da plenitude e realização da feminilidade, associado a um sentido de renúncia e sacrifícios prazerosos (BORSA e FEIL, 2008). Destarte, Badinter (1985, p. 248) aponta que no século XIX, pautada no pensamento rousseauiano, “a maternidade é entendida como um sacerdócio, uma experiência feliz que implica também necessariamente dores e sofrimentos”. Assim, é posto que apesar do papel de esposa ser muito necessário, este, por sua vez, não é o suficiente para que a mulher realize plenamente sua feminilidade.

Desta feita, essa ideia da maternidade que se apresenta como imposição a mulher foi bruscamente criticada pelo movimento feminista. A incidência e crescimento dos movimentos feministas tiveram forte impacto sob as transformações na sociedade e nas relações familiares, posto que, foi com o seu desenvolvimento que a mulher passou a ganhar maior visibilidade na sociedade. Nesse sentido, ao se falar do lugar social que a mulher ocupa atualmente, é imprescindível que se fale das lutas perpassadas por momentos históricos que a trouxeram para este lugar. Pois, foram os estudos feministas que elucidaram que “a maternidade enclausuraria as mulheres no âmbito doméstico e no cuidado familiar, apoiados no entendimento que o ofício materno não é compartilhado com os homens, contribuindo para um maior isolamento no exercício parental por parte das mulheres” (BRASIL e COSTA, 2018, p. 429).

Apesar da pluralidade do movimento feminista, de forma geral, podemos compreendê-lo como essencialmente moderno, tendo seu surgimento no contexto das ideias iluministas e das ideias transformadoras da Revolução Francesa e Americana. Inicialmente, seus interesses se deram em torno da demanda por direitos sociais e políticos, em suas primeiras manifestações mobilizou-se mulheres de muitos países da Europa, dos Estados Unidos e, posteriormente, de alguns países da América Latina, tendo seu auge na luta sufragista (COSTA, 2005).

A história do movimento feminista é frequentemente apresentada através do que ficou conhecido como ondas, as quais foram divididas em três momentos. De acordo com Ribeiro et. al., (2021) as ondas representam uma espécie de linha do tempo, apresentando os avanços e as principais pautas de cada época. Nesse sentido, em meados do século XIX, surge então a primeira onda do feminismo, que se estende até as primeiras décadas do século XX, neste primeiro momento o movimento detinha uma postura maternalista. As reivindicações versavam sobre os direitos da mãe, muitas vezes incorporando direitos trabalhistas como luta pela criação da licença maternidade, as lutas sufragistas, direito reprodutivo e familiar, como as questões do aborto e do divórcio (VÁSQUEZ, 2014; BRASIL e COSTA, 2018).

A segunda onda, tida como o feminismo radical, foi marcada por apoiar-se nas ideias da filósofa e escritora francesa Simone de Beauvoir, a partir da publicação da obra *O Segundo Sexo* (1949/1980), na qual ia contra o inativismo que designava às mulheres o destino social de mães. Dessa forma, a obra retrata as questões de liberdade sexual, da prática da contracepção e do aborto como direito da mulher, reivindicando a autonomia máxima sobre o próprio corpo por parte das mulheres (BRASIL e COSTA, 2018). Assim,

O feminismo do pós 2º Guerra questionava a função da maternidade indo de encontro com tendências conservadoras que defendiam a família, a moral e os “bons costumes”. Esta etapa do movimento pode ser considerada como um marco, como um divisor de águas, entre o feminismo igualitarista, que foi chamado de 1ª onda do feminismo e defendia majoritariamente os direitos civis, para um feminismo centrado na mulher, ou seja, na qual a mulher é sujeito das preocupações, iniciando desta forma a politização das chamadas “questões privadas” (VÁSQUEZ, 2014, p. 174-175).

A partir desse marco, a maternidade passou a ser compreendida como uma construção social que consolidava o papel feminino na família e na sociedade, e assim a causa da dominação do masculino sobre o feminino. A consequência da constatação dessa relação hierárquica resultou movimentos de luta política, como ocorreu na França, na década de 1970, para adquirir a pílula contraceptiva e o aborto como direito político, que tinha como lema “*uma criança se quiser, quando eu quiser*”, no intuito de empoderar as mulheres em relação ao direito à livre escolha da maternidade (Scavone, 2001). A partir das críticas lançadas por Beauvoir, percebeu-se uma descentralização quanto à maternidade, indo de encontro à busca por novas possibilidades, as quais expandiram a noção de feminino e identidade de mulher (BRASIL e COSTA, 2018). Em sua obra “O Segundo Sexo”, através da célebre frase “*não se nasce mulher, torna-se mulher*”, Beauvoir trouxe inquietações no modo de pensar à mulher, tendo em vista que ao trazer o corpo como elemento central nas formas de enfrentar o mundo das mulheres, propôs importantes reflexões sobre os significados sociais de “ser mulher” (RIBEIRO, et. al., 2021).

No final da década de 1970, surge então a terceira onda do feminismo, a qual trouxe o seguinte questionamento: “*será que as mulheres querem ser definidas sem a maternidade?*”. Nesta oportunidade, se estabelece um novo momento na relação feminismo-maternidade. É também neste momento que o movimento feminista se entrelaça com as ciências humanas e sociais, fato esse que, reforça uma nova abordagem dada à maternidade (VÁSQUEZ, 2014). Nesse período, “o conceito de gênero passa a ser amplamente discutido, transpondo a visão binária e configurando uma nova forma de pensar a identidade” (NOGUEIRA, 2001, p. 13). Dessa forma, a autora destaca que foi preciso esperar pelos efeitos da segunda onda do feminismo, na década de 1970 para que a ciência fosse capaz de enfrentar a questão das diferenças de gênero. Destarte, o feminismo do final do século XX até os dias atuais busca discorrer as divisões sociais dos papéis de gênero, visando, para além do que tange às mulheres, a libertar todas as formas de expressão sexual, bem como abandonar determinismos e discriminações que tais papéis ocasionam. Buscando também uma atuação igualitária entre os papéis parentais na criação dos filhos (VÁSQUEZ, 2014; BRASIL e COSTA, 2018).

4.2 Perspectivas dos Discursos da Psicanálise e dos Movimentos Feministas, atrelados a Maternidade

Ao longo da construção histórica da humanidade, o discurso de cunho científico e religioso, teve grande influência na disseminação da ideia da maternidade como algo que pertencesse naturalmente a todas as mulheres. Vásquez (2014) aponta que tal concepção foi fortemente questionada pelas mulheres durante o século XX, desde o início do movimento feminista. Entretanto, ainda segundo a autora, apesar da busca por dar destaque à mulher para ocupar outros espaços da sociedade – para além do espaço privado do lar, a representação social que se tinha idealizado da mulher-mãe como padrão esperado, ainda se manteve fortemente enraizada no imaginário social. Vale salientar que, essa expectativa de “mulher padrão” encontra-se até o presente no imaginário da sociedade e que a luta do feminismo persiste para desprender a mulher dessas amarras que foram postas por séculos.

A articulação entre os discursos da psicanálise e do movimento feminista se deu no final do século XIX e se desenrolam por todo o século XX. De acordo com Lagos (2012), ambos os discursos possuem relações ambivalentes desde os primórdios da constituição de seus pensamentos, sendo, dessa forma, uma relação marcada por desencontros, polêmicas e oposições. Ainda segundo a autora, essa relação de ambivalência não poderia ter se dado de maneira diferente, tendo em vista que:

A psicanálise, que vai sendo elaborada nos estudos, nas práticas clínicas e nas reflexões de Freud como um pensamento outro sobre o psiquismo, que acaba por subverter a

concepção iluminista de sujeito universal, consciente, na verdade é um pensamento que não questiona o fato desse sujeito universal ser europeu, branco, burguês e homem. E isto é uma questão para o feminismo em geral (LAGOS, 2012, p. 03).

Deste modo, aponta-se que na época da fundação da psicanálise houve uma renúncia quanto às diferenças sociais – de etnia, de classe e de gênero. Assim, aponta-se uma falta na constituição teórica de Freud, visto que os resquícios dos acontecimentos históricos para determinados povos, bem como o contexto em que o sujeito se encontra, é gerador de sofrimento psíquico. Esta negligência ao olhar do teórico, torna-se uma questão para o movimento feminista, posto que, a psicanálise não se construiu, como uma reflexão crítica sobre as diferenças estruturais que permeiam a sociedade. Contudo, a psicanálise produziu um saber sobre o inconsciente que descentralizou o sujeito filosófico, ou seja, o sujeito analisado sob uma racionalidade cartesiana, e que isso:

Teve consequências formidáveis, também para as teorias feministas que se foram construindo nas ondas dos movimentos feministas, a bela metáfora utilizada para significar este fluxo e refluxo das atuações das mulheres, reivindicando direitos e questionando saberes (LAGOS, 2012, p. 04).

Destarte, tiveram dentro destes movimentos a presença de ilustres feministas psicanalistas, que promoveram riquíssimas contribuições teóricas e que dialogavam com a psicanálise. Como demonstra Azeredo (2013) ao enunciar que

As feministas psicanalíticas justificam a busca da psicanálise como base de uma teoria feminista pela necessidade de um enfoque que lide com os componentes inconscientes fundamentais do gênero e que possa explicar por que a opressão das mulheres é tão profunda, tão difícil de se enfrentar e tão persistente (AZEREDO, 2013, p. 83).

Essa busca pela psicanálise, foi de suma importância para o movimento feminista, dado que, analisar a opressão apenas através do conhecimento positivista não bastava para compreender tal fenômeno. A psicanálise, por sua vez, tendo Freud como sendo seu fundador, contou também com diversos outros(as) psicanalistas que foram importantes na consolidação desse conhecimento, bem como sua pluralidade. Nesse sentido, entende-se que as formas que as feministas psicanalíticas buscaram para orientar a psicanálise dentro do movimento, diferenciaram-se entre si.

Os escritos de Freud, entretanto, foram fortemente confrontados no meio dos movimentos feministas, até mesmo pelas próprias feministas psicanalistas, em razão de suas produções acerca do psiquismo feminino, dissociarem-se de alguns ideais defendidos pelas pautas dos movimentos. Dentre elas, resalta-se a psicanalista alemã Karen Horney, que no período da primeira fase do feminismo, localizado entre as décadas de 1920 e 1930, teve um grande destaque, ao tornar-se responsável por contestar e fomentar o debate acerca da psicologia feminina dentro da academia psicanalítica na época de sua expansão teórica (BRASIL e COSTA, 2018).

Ainda conforme Brasil e Costa (2018), Horney problematizou vários aspectos postulados pelos psicanalistas homens de sua geração, como por exemplo, a noção de inferioridade do corpo feminino defendida por Freud e seus discípulos. Destarte, Horney obteve reconhecimento, e mesmo que não pensasse para além do inatismo biológico da psicanálise de sua época, refutou as rígidas concepções freudianas (BRASIL e COSTA, 2018). Assim, ela contestou, por exemplo, o fato de Freud ter menosprezado a importância da maternidade para a psicologia feminina; bem como o significado da inveja que o homem sente da mulher em relação a gravidez, ao parto, a amamentação e a maternação. Nas suas palavras:

E o que podemos dizer sobre a maternidade? sobre a consciência abençoada de trazer dentro de si uma nova vida? A alegria indescritível da crescente expectativa do aparecimento deste novo ser? ... A inveja do pênis tenta negar e desviar a atenção sobre isto, possivelmente por causa de medo e inveja masculinas (HORNEY, 1993, p. 61, apud STEVENS, 2005, 06)

Já na segunda fase do movimento, psicanalistas feministas como Adrienne Rich, Nancy Chodorow e Juliet Mitchell, promoveram riquíssimas contribuições teóricas acerca dessas questões. No que diz respeito a socióloga e psicanalista norte-americana Nancy Chodorow, ela teve uma forte influência para o movimento feminista, através das suas obras que foram consideradas um marco teórico.

Nesse sentido, na década de 1970 foram agrupadas em uma coletânea importantes publicações, que deram início a uma corrente de estudos dentro da teoria feminista, esse momento ficou conhecido como o chamado feminismo psicanalítico. Azeredo (2013) ressalta que nesta coletânea, destaca-se o artigo “Estrutura Familiar e Personalidade Feminina”, publicado em 1974, da socióloga e psicanalista norte-americana Nancy Chodorow. Num outro momento, em 1979, Chodorow publica o livro “Psicanálise da Maternidade: uma crítica de Freud a partir da mulher”, em que a autora rebate as discussões do estudo freudiano acerca do desenvolvimento feminino e masculino. Acerca do livro mencionado, a autora assinala que Chodorow tece duras críticas a Freud, em relação a sua concepção de mulher. Tendo em vista que, Freud falhou ao não dar a devida importância à fase pré-edípica do desenvolvimento infantil, bem como à relação mãe-criança.

Azeredo (2013) destaca que Chodorow considera que a psicanálise dialoga com a sociologia, “através do enfoque da teoria das relações objetais, que é um desenvolvimento anglo-americano da psicanálise, relacionado principalmente à obra de Donald Winnicott, Alice e Michael Balint e W. Fairbairn” (p. 81). De acordo com Stevens (2005), Chodorow observou que a universalidade da maternação trata-se de um fenômeno que tem sido raramente averiguado, posto que, devido ao seu caráter universalista, se naturalizou essa conjuntura. Diante disso, a autora problematiza essa realidade, fundamentando a tese de que “a reprodução dos padrões tradicionais de maternação, se dá através de processos psicológicos induzidos social e estruturalmente, e que se reproduzem de forma cíclica.” (CHODOROW, 1978, p. 218 apud STEVENS, 2005, p. 03). Assim, percebe-se que Chodorow aponta para a urgência em quebrar esse modelo comportamental, fazendo-se necessário que os cuidados maternos sejam igualmente compartilhados pelo pai e pela mãe.

Juliet Mitchell, é uma feminista marxista que seguiu na psicanálise através da perspectiva lacaniana. Azeredo (2013), destaca que diferentemente de Chodorow, ela considera que a relação mãe-criança não tem grande importância no período pré-edípico. Tendo em vista que para ela o complexo de castração, é um conceito fundamental o suficiente para explicar como é construída a diferença de gênero “pois é ele quem mantém o vínculo entre o inconsciente e a sexualidade” (p. 83). Assim Mitchell, por considerar que o complexo da castração é a base da psicanálise e que é essencial, é preciso que o feminismo compreenda que ao pensar a partir dele, deve-se considerar a sua total importância para a psicanálise. Dessa forma, a autora pontua que “o feminismo tem que aceitar que a psicanálise não pode explicar a base deste fenômeno, ou seja, o privilégio do falo, já que a psicanálise não está absolutamente interessada na questão dos privilégios” (AZEVEDO, 2013, p. 83).

Em consonância com o pensamento de Chodorow, a norte-americana Adrienne Rich, tem em sua obra “Of Woman Born” de 1995, discussões que também tratam sobre a problemática da desigualdade de gênero na família. Rich, é contrária à utilização ideológica da teoria psicanalítica, pela qual conceitua a mãe apenas através do falo. Para ela, “a Psicanálise não teoriza sobre a mãe em si, apenas como a criança a vê, ou melhor, como se distancia da mãe e identifica-se com o pai” (STEVENS, 2005, p. 04).

Ainda de acordo com Stevens (2005), Rich se debruçou em desconstruir a imagem concebida da maternidade, a qual a civilização patriarcal manipulou por vários séculos. Ao realizar sua pesquisa, Rich aponta para a escassa existência de fontes de autoria feminina que tratem da maternidade, havendo, assim, uma visão inadequada sobre o conhecimento institucionalizado deste tema. No qual, foi construída pela cultura patriarcal, a imagem da mãe castradora, sofredora, culpada, aterrorizante, nutridora, frígida e ameaçadora (STEVENS, 2005). Logo, observa-se em Rich, sua busca por desconstruir uma imagem assombrosa acerca da maternidade que fora imposta pelo patriarcado por longos séculos, instigando, assim, que a mulher conceba a sua visão de mãe a partir de si própria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo ao propor reflexões e levantar questões acerca do lugar que a mulher, enquanto mãe, ocupa nas relações e nas dinâmicas familiares da sociedade atual, apresentou a dimensão dessa discussão e a importância de trazer eventos históricos dos movimentos feministas, bem como as concepções da psicanálise. Objetivando-se, assim, compreender acerca dos espaços que a mulher/mãe ocupa atualmente e os fenômenos que os envolvem.

Assim, por meio da pesquisa realizada, evidenciou-se que os movimentos feministas contribuíram fortemente para as questões relacionadas à maternidade, conscientizando a mulher sobre sua liberdade e autonomia quanto à escolha de desempenhar ou não esse papel, colocando-se, dessa forma, contrário à imposição da maternidade pelo patriarcado. Observou-se que, apesar do surgimento das novas relações familiares, o modelo patriarcal ainda insiste em designar a mulher a ocupar um lugar de sobrecarga dentro do âmbito familiar, sobretudo, no que diz respeito aos cuidados com os filhos. A partir dessa ótica, identificou-se, que a desconsideração e a negação da importância de uma atuação igualitária entre os papéis parentais na criação dos filhos, ainda persiste atualmente.

Além disso, constatou-se que o movimento feminista teceu fortes críticas as ideias freudianas. Isto porque o pensamento freudiano ignorava as diferenças sociais, o que, por sua vez, levava a ignorar o sofrimento psíquico de sujeitos que não eram amparados pelos privilégios. Porém, o movimento reconheceu as ricas contribuições que a psicanálise propiciou às questões sociais, ao trazer novas reflexões e novas formas de entendimento da opressão, através do inconsciente. Embora houvesse algumas contraposições de ideias entre as feministas psicanalistas que compunham o movimento, a psicanálise apesar de sofrer críticas – pertinentes de serem problematizadas, teve reconhecimento e importância por contribuir positivamente para as pautas que o movimento trazia acerca de relevantes reflexões sobre o lugar de opressão que foi designado a mulher durante séculos.

Diante das discussões abordadas, percebe-se que as definições de papéis parentais vêm sofrendo mudanças e, que a mulher ao perceber este processo em suas vivências cotidianas, onde os papéis de mãe de trabalhadora coexistem, passa a exercê-los de forma ambígua. Desse modo, tomam as responsabilidades no cuidado do lar e dos filhos totalmente para si, por considerarem ser deveres maternos, comprometendo a sua vida profissional, ou até mesmo abdicando dela. Ficando a profissão para a grande maioria das mulheres em segundo plano. Apontando que, para se encaixar ao padrão do ideal de mulher aos moldes da família patriarcal, é preciso que a mulher se encontre numa posição de cuidadora, independentemente do papel que desempenha e do contexto a qual esteja inserida.

Nesse sentido, considerando a complexidade que as discussões abarcam, leva-nos a refletir sobre o fato de que por mais que a mulher assuma diversos papéis que lhe são atribuídos, ela sempre se sentirá pressionada e cobrada socialmente. O que irá acarretar sentimento de culpa e sofrimento psíquico perante suas escolhas. Dessa forma, é importante que os estudos e os

debates acerca da temática não cansem de se atualizar, visto que é urgente desconstruir a ideia de que a mulher que exerce multifunções dentro e fora do lar, é uma mulher guerreira. Posto que, por detrás desse discurso romantizado, na verdade está se mascarando a sobrecarga feminina, ao presumir que a mulher é capaz de dar conta sozinha das responsabilidades dos cuidados do lar e dos filhos, sendo sufocada e explorada pelo patriarcado.

REFERÊNCIAS

- ARÁN, M. Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 399-422, julho-dezembro/2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/PvtCCzY8Bxt8Dhr8cVV99mG/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 26 jun. 2022.
- AZEREDO, S. Psicanálise da Maternidade: uma crítica a Freud a Partir da Mulher. **Cad. Pesq., São Paulo**, n. 79, p. 81-90, nov. 1991. Disponível em: <<https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1022>>. Acesso em: 27 jun. 2022.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BRASIL, M. V.; COSTA, A. B. Psicanálise, feminismo e os caminhos para a maternidade: diálogos possíveis? **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, vol. 30, n.3, p. 427- 446, set-dez/2018. DOI:<<http://dx.doi.org/10.33208/PC1980-5438v0030n03A02>>. Acesso em: 21 mar. 2022.
- BORSA, J. C.; FEIL, C. F. O papel da mulher no contexto familiar: uma breve reflexão. **Psicologia.pt**, p. 02-15, 2008. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=A0419>. Acesso em: 02 mai. 2022.
- CASEY, J. **A história da família**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1992.
- CENTA, M. L.; ELSEN, I. Reflexões Sobre a Evolução Histórica da Família. **Família, Saúde e Desenvolvimento**, Curitiba, v.1, n.1/2, p. 15-20, jan./dez. 1999. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/refased/article/view/4878/3728>>. Acesso em: 15 mai. 2022.
- COSTA, A. A. A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, Bahia. v. 5. n. 2, 14 p, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31137>>. Acesso em: 26 jun. 2022.
- FIGUEIREDO, M. G; DINIZ, G. R. S. Mulheres, casamento e carreira: um olhar sob a perspectiva sistêmica feminista. São Paulo, **Nova Perspect. Sist.** Vol.27, n. 60, p. 100-119, jan/abril 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010478412018000100008. Acesso em: 15 jul. 2022.
- FIGUEIREDO, N. Da importância dos artigos da revisão de literatura. **Bibliotecon. e Doe.** São Paulo, 23(1/4): p.131-135, jan./dez. 1990. Disponível em:

<https://brapci.inf.br/_repositorio/2011/09/pdf_6245ece57c_0018790.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

FONSECA, C. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e sociedade**, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/WGpvJkq4tm4wmZJbGcMkHGg/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 06 mai. 2022.

IACONELLI, V. Sobre as origens, muito além da mãe. *In*: IACONELLI, V. **Coleção Parentalidade & Psicanálise**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 11-20.

LAGO, M. C. S. A psicanálise nas ondas dos feminismos. **RI, UFSC.**, 23 p, 2021. DOI: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1350>>. Acesso em: 07 jun. 2022.

LAGO, M. C. V. Feminismo, psicanálise e gênero: viagens e traduções. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, 18(1): p. 189-204, janeiro-abril/2010. DOI:< <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000100012>>. Acesso em: 08 jun. 2022.

NOGUEIRA, C. Feminismo e Discurso do Gênero na Psicologia Social. **Instituto de Educação e Psicologia**, Portugal: Campus de Gualtar, 28 p., 2001. DOI: <<https://hdl.handle.net/1822/4117>>. Acesso em: 28 mai. 2022.

PITLIUK, L. Winnicott e os desafios da parentalidade. *In*: PITLIUK, L. **Coleção Parentalidade & Psicanálise**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 37-51.

RIBEIRO, D.; NOGUEIRA, C.; MAGALHAES, S. As ondas feministas: continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro. **Revista de Ciências Humanas e Sociais**. Universidade de Porto, Jan/2021, p. 57-76. DOI: <<https://hdl.handle.net/10216/136148>>. Acesso em: 28 mai. 2022.

SCAVONE, L. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos pagu** (16), p. 137-150, 2001. DOI: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/3wSKqcsySs8ZV4rHM63K8Lz/?lang=pt#>>. Acesso: 02 mai. 2022.

STEVENS, C. Ressignificando a Maternidade: psicanálise e literatura. **Revista Gênero**, Niterói, v. 5, n. 2, p. 65-79, 2005. DOI: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/3781>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

TEPERMAN, D. Parentalidade para todos, não sem a família de cada um. *In*: TEPERMAN, D. **Coleção Parentalidade & Psicanálise**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 89-105.

VÁSQUEZ, G. Maternidade e Feminismo: notas sobre uma relação plural. **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v.3, nº6 jan-jun, 2014. p.167-181. Disponível em: <<https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/472>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

VIEIRA, J. A. A identidade da mulher na modernidade. **D.E.L.T.A., 21:Especial**, p. 207-238, 2005. Disponível em:<

<https://www.scielo.br/j/delta/a/9zX7SwFpWpng6tcncZnsrdj/?lang=pt#>>. Acesso em: 02 mai. 2022.

VINHAS, A. P. L. B. **Mitos da maternidade: um estudo a partir do olhar sistêmico**. 2009. Monografia (Especialização em Terapia Relacional Sistêmica) – Familiare Instituto Sistêmico, Florianópolis, 2009.

WINNICOTT, D. W. **O ódio na contratransferência (1947)**. Da pediatria à psicanálise. p. 276-287, 1978. Disponível em: <https://www.academia.edu/39049929/_WINNICOTT_O_%C3%B3dio_na_contratransfer%C3%Aancia_1947_>. Acesso em: 22 jul. 2022.

ZANARDO, L.; VALENTE, M. L. L C. Família e gênero na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da Unesp**, São Paulo, v. 8, n.2, p. 12-16, 2009. Disponível em: <<https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/936>>. Acesso em: 15 mai. 2022.

ZORNIG, S. M. A.-J. Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. **Tempo psicanal. [online]**. 2010, vol.42, n.2, p. 453-470. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0101-48382010000200010&script=sci_abstract>. Acesso em: 02 jun. 2022.